

BENILDO ANTONIO SPONCHIADO

**A IMPORTÂNCIA DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO  
CONTEXTO ECONÔMICO PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à banca do Curso de Especialização em  
Educação do Campo da Universidade Federal  
do Paraná. Como requisito parcial para  
obtenção do grau de especialista.

**Profº Orientador:** Valdir Frigo Denardin.

MATINHOS

2011

## A IMPORTÂNCIA DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO CONTEXTO ECONÔMICO PARANAENSE.

**Benildo Antonio Sponchiado<sup>1</sup>**  
**Professor Valdir Frigo Denardin<sup>2</sup>**

### RESUMO

Tendo em vista que o presente trabalho buscou enfatizar a importância da pequena propriedade rural no contexto econômico paranaense, achou oportuno inicialmente focar resumidamente a origem da pequena propriedade no Brasil, ocasião em foram apresentados dados mais recentes sobre a utilização das terras por tipo. Sendo que na continuidade destacou-se a condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar, dados estes referentes ao censo agrário realizado em 2006, salientando na sequência a origem da agricultura familiar no Paraná, bem como a estrutura agrária em pequenas propriedades no Estado do Paraná. Finalizando então com participação da agricultura familiar no Paraná como geração de renda e produção de alimentos. Este trabalho caracteriza-se como de cunho qualitativo, onde de início apresentou um estudo bibliográfico e num segundo momento dados que envolvem pequenos produtores do Município de Goioxim, mas que serve de base para averiguarmos como vivem, quais são suas fontes de renda, desafios mais frequentes e o que almejam para o futuro.

**Palavras-Chave:** Pequena Propriedade Rural, Agricultura familiar, fontes de renda.

### 1 INTRODUÇÃO

Objetiva-se com este trabalho discorrer sobre a importância da pequena propriedade agrícola no contexto econômico, enfatizando a questão de renda para as famílias produtoras, como também a produção de alimento; já que grande parte

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: benildo6@ig.com.br

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral

das grandes propriedades produz grãos para exportação, como: trigo, soja, milho, café, etc.

Observa-se, contudo que, a participação da agricultura na formação da riqueza e na ocupação humana tende a ser cada vez menor nas sociedades contemporâneas. Até o início dos anos 1970, era muito freqüente que o declínio da mão-de-obra trabalhando no setor fosse encarado como sólido sinal de progresso tanto nos países desenvolvidos como nas nações em desenvolvimento.

Afinal, com altos e baixos, e com fim da 2ª Guerra Mundial, outras atividades econômicas – a começar pela indústria, mas também os serviços e a construção – absorviam este imenso contingente que deixava a agricultura.

Desde então o panorama mudou. Durante os anos 1980, agricultores considerados até então ineficientes e inviáveis tornaram-se objeto privilegiado de políticas públicas, primeiramente na Europa e, a seguir, nos Estados Unidos. Pluriativos, diversificados em suas orientações produtivas, eles passaram a desempenhar um papel mais importante e mais valorizado. Menos dependentes dos subsídios agrícolas que as grandes explorações especializadas em cereais e carnes, os agricultores pluriativos oferecem às sociedades contemporâneas muito mais que produtos agrícolas: eles representam a possibilidade de valorizar o espaço rural, de fazer da manutenção da paisagem, da biodiversidade, dos monumentos culturais e da oferta de bens alimentares de qualidade uma nova fonte de geração de renda ali mesmo onde se encontram.

Tal trabalho caracteriza-se de cunho bibliográfico, o qual apresentar-se-á num primeiro momento deste trabalho uma fundamentação teórica acerca de ocupações territoriais, avanços e desafios do setor agrícola, evidenciando assim a pouca atenção dada a este setor pelas lideranças responsáveis, o que contribuiria para a melhoria de qualidade de vida do homem do campo e evitaria o êxodo rural em tamanha proporção.

Dando continuidade destacar-se-á a agricultura familiar no Brasil e posteriormente no Paraná, observando avanços ocorridos nos últimos anos, bem como a importância de tais agricultores no contexto da economia.

Finalizando então com a pesquisa de campo realizada com filhos de pequenos proprietários rurais residentes em Goioxim-Pr., a qual teve finalidade de constatar a real situação dos mesmos.

## **2 ORIGEM DA PEQUENA PROPRIEDADE NO BRASIL.**

A pequena propriedade agrária tem no Brasil uma história bastante recente. Como sabemos a ação pioneira na agricultura, coube invariavelmente ao grande domínio, à grande propriedade. Esta última que se instala primeiro, é a que abre as frentes de exploração, ao contrário da pequena lavoura originária quase sempre do retalhamento de antigas fazendas (PETRONE, 1984).

Observa Petrone (1984) que no Brasil, tanto no período colonial, quanto no imperial, como no republicano, o Estado nunca se preocupou em dividir equitativamente a terra. Dou-se em grandes extensões a protegidos e favorecidos, e tampouco impediu os abusos que eram praticados com a ocupação indevida.

A criação da pequena propriedade no Brasil foi implementada em decorrência de fatos políticos e econômicos ocorridos no Brasil e em âmbito mundial. A partir de 1808 com a vinda de D. João VI, o Brasil oferece uma política reservada à imigração e colonização, admitindo aos estrangeiros o acesso à propriedade fundiária, como comenta Petrone (1984), por meio de um decreto estabelecendo a pequena propriedade. Esta decisão certamente estava atrelada às crises econômicas mundiais. Havia na Europa no começo do século XIX, um grande contingente populacional disposto a emigrar para a América em busca de condições de vida favoráveis, devido principalmente aos desequilíbrios demográficos e econômicos. Soma-se ao contexto, a grande propaganda realizada pelo Brasil nestes países, demonstrando certa “facilidade” na aquisição de terras, grande abundância de trabalho com várias possibilidades de enriquecer e assim viver com dignidade aqui, fato este que fascinou os imigrantes, que aspiravam deixar da condição de classe proletária. (PETRONE, 1984).

Ainda conforme o mesmo autor, a partir da Lei de Terras de 1850, os grandes fazendeiros de café, temiam ficar sem escravos devido às fortes pressões internacionais contra o trabalho escravo e pressionaram o governo, que aprovou esta lei que finda o costume de quem trabalha poder adquirir a terra onde vive por meio de ocupação. Assim, ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (públicas) por outro título que não seja o de compra. Era o que as elites necessitavam para garantir a posse de suas terras. A lei vigorou até a promulgação da constituição republicana de 1891, que dava autonomia aos Estados para decidir e tratar desta questão.

Tradicionalmente, identificado como o setor mais conservador da cena política brasileira, o latifúndio exerceu sempre poderosa influência sobre as decisões oficiais. Por meio de seus representantes nos órgãos de governo, conseguiu manter o regime de propriedade e levou imigrantes para serem utilizados como mão-de-obra nas fazendas de café. A partir da vinda da corte ao Brasil, mostra-se a necessidade de implantação da pequena propriedade, pois esta "(...) devia desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado de trabalho." (PETRONE, 1984, p.17.).

Pelos escritos de Petrone, percebe-se que a pequena propriedade passa a ocupar então os espaços vazios valorizando a terra e se tornando assim uma camada intermediária entre os latifundiários e os escravos.

Aos olhos dos governantes brasileiros, o imigrante europeu em sua pequena propriedade trabalharia como agente modernizador e transformador da economia e sociedade brasileira, pois traria de sua terra natal técnicas e experiências agrícolas, artesanais e hábitos de vida que tiraria o país do atraso.

Enquanto que, o pequeno agricultor, ao contrário, para ele a terra é o centro de suas atenções, não com vistas apenas a um momento de sua vida, mas visando também uma série interminável de sucessores que virão depois dele. Segue dados atuais a respeito da utilização das terras por agricultores familiares.

**Tabela 1 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.**

Agricultura Familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos - lavouras					
	Permanentes		Temporárias		Áreas Plantadas com forragens para corte	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Agricultura Familiar – lei nº11. 320	1.233.614	4.290.241	2.719.571	12.012.792	2.851.616	1.3027
Não familiar	258.629	7.321.996	407.694	32.006.933	461.706	2.776.630
Total	259.862.61	11.612.237	410.413.59	44.019.725	464.557.61	4.079.33

Fonte: Senso Agropecuário de 2006 - IBGE

**Tabela 2 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.**

Utilização das terras nos estabelecimentos	
--	--

Agricultura Familiar	Matas e/ou florestas						Sistemas agrodiomatais	
	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanentes ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais inclusive área de preservação permanente e as sem sistemas agropastoris.		Florestais plantadas com essências naturais		Área cultivada com negócios florestais, também usadas para lavouras e pastejo de animais.	
	Estabelecimentos	Área (há)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área Final
Total	1.097.574	50.163.382	935.307	35.573.838	188.961	4.497.324	305.826	8.192.544

Fonte: Senso Agropecuário de 2006 - IBGE

**Tabela 3 - Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.**

Agricultura Familiar	Condição do produtor em relação às terras											
	Proprietário		Assentado em situação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Agricultura Familiar – Lei nº 11.236	3.263.363	70.345.453	170.331	4.65536	198.222	2.860.552	326.795	708.352	366.653	3.035.095	242.360	2095.0227
Não Familiar	832.408	236.501.152	28.800	1.684.687	33.995	8.911.835	35.738	1.726.224	43.689	3.317.233	12.965	2922.7383
Total	835.671.36	306.8466	199.131	6.340047	232.217	11.772.387	362.533	710.07822	410.342	6.352.328	255.325	5017.761

Fonte: Senso Agropecuário de 2006 - IBGE

Ainda conforme dados do Censo 2006 – IBGE é salientado que apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

O Paraná por sua vez, como é sabido há muitos anos tem se apresentado como o seleiro do Brasil de onde saem boa parte dos alimentos para a mesa do brasileiros. Sendo assim na continuidade destacar-se-á a origem da agricultura familiar no Estado do Paraná.

### 3 ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ.

O autor Bernardes (1953) afirma que, na região do Paraná Tradicional, encontramos uma numerosa população de pequenos proprietários solidamente radicada na terra. A instabilidade que se observava na época da mineração, das fazendas pecuaristas, do tropeirismo, da atividade madeireira, passa a ser praticamente inexistente a partir do momento que são criados núcleos de imigrantes europeus instalados em pequenas propriedades. Este fato leva os estudiosos da questão a atribuir às pequenas propriedades rurais como fatores de estabilidade rural que se encontram no campo brasileiro.

Segundo Bernardes (1953, p. 433), de maneira geral, o processo de apropriação do espaço agrário na região do Paraná tradicional não foi acompanhado pelos processos de ocupação humana e de exploração econômica das terras conquistadas, via de regra através do regime de sesmaria, onde os sesmeiros assumiam o compromisso de se estabelecerem na terra.

Este quadro inicial da ocupação do espaço começa, no entanto, a sofrer algumas alterações a partir das primeiras décadas do século XVIII, não como resultado de alguma conscientização dos sesmeiros ou de algumas iniciativas dos governantes da época, mas pela pura contingência da zona dos Campos Gerais, onde estava à maior parte das sesmarias, terem sido cruzadas pelos caminhos de tropas que partindo das zonas de criação do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, ia atingir os mercados de Sorocaba, São Paulo. Os caminhos de tropas levaram ao desenvolvimento do tropeirismo e em seguida à criação extensiva de gado que tornaram-se a nova base econômica regional, depois da mineração do ouro e, ao mesmo tempo, a primeira atividade econômica das sesmarias.

Algumas das fazendas, pela sua localização estratégica, foram estruturadas para servir de pouso para as tropas em trânsito, sendo que as mais importantes, com o passar do tempo, se transformariam em núcleos urbanos, dando origem a cidades, caso de Ponta Grossa, Castro, Jaguariaiva, Palmeira, Rio Negro e Mafra, na divisa Paraná - Santa Catarina. Por sua vez, em função dos altos lucros que auferia, segundo Barthelme (1962, p. 45):

O tropeiro, quase um sucessor do sertanista e do criador de gado, paulatinamente tornar-se-ia um elemento de destaque na sociedade local. A ostentação e o luxo começaram a dominar estes homens rústicos, que ornamentavam suas cavalgadas com ricos arreios e as vastas propriedades que possuíam representavam seu prestígio e poder.

Ao contrário do que acontecia antes quando os fazendeiros não moravam nas próprias terras, na nova fase eles se fixavam na propriedade e passaram a gerenciar diretamente os negócios com o transporte e a criação de gado. Para Wesrphalen (1968, p. 9):

A partir das primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada no latifúndio já se encontrava estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando nas atividades do tropeirismo a sua forma de participação na vida social.

Segundo o mesmo autor o tropeirismo e a criação extensiva haviam então atingido a sua fase áurea, sendo que a partir daí passaram a enfrentar alguns problemas para se manterem como atividade econômica principal da região. Entre esses problemas se destacaram:

- a) o esgotamento das terras de campo para onde a pecuária poderia continuar avançando;
- b) a queda na produção das fazendas, conseqüência do enfraquecimento das terras aliado à escassez de recursos técnicos para a recuperação da fertilidade natural;
- c) a perda dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo para outras zonas de criação;
- d) a concorrência das estradas de ferro que passaram a transportar o gado a partir da divisa com São Paulo e em seguida no próprio território paranaense, o que levou à decadência completa os negócios com o tropeirismo e a invernagem para engorda do gado em trânsito (WESTPHALEN, 1968, p. 9)

Observa-se então que em função do declínio da atividade pecuária, passa a justificar o avanço da frente pioneira em direção à zona das matas de araucária, contíguas às de campo.

O povoamento da mata de araucária se fez por efeito da continuidade e sob o estímulo da complementaridade, dentro do quadro local, entre a economia florestal e a campestre, sendo aquela subsidiária desta. O mate e mais tarde a madeira viriam dar um novo sentido econômico autônomo à mata de araucária, completando o quadro do Paraná Velho. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.249)

Com as economias baseadas na extração e beneficiamento de madeira e erva-mate entram em ascensão logo que a economia baseada na pecuária começa a decair, deixa de ocorrer na região do Paraná tradicional algum tipo de instabilidade mais abrangente, exceto a localizada que atinge, por exemplo, a classe dos tropeiros. Da mesma forma, o interesse pela terra por parte dos grandes proprietários continua o mesmo, sendo em contrapartida as mesmas as dificuldades

de acesso a terra por parte das categorias sociais “menos expressivas” (WACHOWICZ, 1982, p. 206).

### 3.1 AGRICULTURA PARANAENSE

De início os primeiros povoadores do território do Estado, por mais de dois séculos, desenvolveram suas atividades à beira dos rios auríferos e no pastoreio, bem como extração de madeira (ABREU, 1986, p. 175).

Somente depois da revolução de 1930 e, em particular, depois de II Guerra Mundial, que a economia paranaense se diversifica, tendendo, por um lado, a uma rápida industrialização e, por outro lado, à monocultura cafeeira, notadamente a partir da fundação de Londrina (1932). Essa data pode ser tomada como o marco inicial de todo o fenômeno econômico e social representado pelo norte do Paraná, que, enquanto a lavoura cafeeira é apenas, um prolongamento desse tipo de exploração agrícola do Estado de São Paulo.

O cultivo do café representou o quinto ciclo da história econômica paranaense, estes vêm após os ciclos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Que, segundo Abreu (1986), embora sua presença no norte do Estado possa ser registrada a partir de 1860, o café teve grande desenvolvimento a partir de 1920. A rápida expansão cafeeira transformou em pouco tempo o Norte do Paraná na mais rica região agrícola do Brasil, pois:

- a) o produto transformou-se em grande fonte de renda;
- b) fez surgir centenas de vilas e cidade, como Londrina, Apucarana, Maringá e muitas outras;
- c) levou à abertura de estradas de ferro e de rodagem;
- d) atraiu numerosos contingentes de população (paulistas, mineiros, fluminenses e nordestinos);
- e) promoveu a vinda de imigrantes estrangeiros. (ABREU, 1986, p. 175)

Mas foi somente a partir de 1950 que se iniciou a diversificação da agricultura paranaense, como plantio em escala comercial do algodão, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, amendoim e soja. Também toma maior vulto à pecuária, com a criação de bovinos e suínos.

Ainda há muita luta em favor de uma Reforma Agrária, mas o que se contesta que quem detém o poder para efetuar-la não há interesses, e quem possui sede de mudanças não possui forças suficientes para tal.

### **3.2 A Gênese da Estrutura Agrária e Pequena Propriedade no Estado do Paraná**

A gênese da estrutura agrária do Paraná pode ser colocada como uma amostra do processo de formação e da dinâmica da estrutura agrária do Brasil.

Segundo Wachowicz (1982), a estrutura agrária se caracterizou pelo número reduzido de grandes propriedades que exploravam culturas comerciais de exportação e um grande número de pequenas unidades exploravam produtos de consumo doméstico, que davam também suporte à agricultura comercial, pelo fornecimento e manutenção de mão-de-obra.

A partir da segunda metade do século XIX, inicia-se o fim da fase de ocupação espontânea das terras paranaenses. Wachowicz (1977) assevera que na década de 1850, o Brasil, e conseqüentemente a Jovem Província do Paraná, criada em 1853, atravessaram um período de inflação dos preços dos gêneros alimentícios.

O Estado do Paraná, antes da colonização européia, apresentava dinâmicas bem particulares, com baixíssima densidade demográfica e baixa produção na agricultura.

De acordo com Padis (1981), tanto uma atividade como outra não proporcionaram ocupação mais efetiva da terra. No caso da madeira (madeiras de lei) a sua exploração era feita de forma totalmente predatória e bastante itinerante, sem nenhuma intenção de reflorestamento. Em relação à atividade pecuária bastante desenvolvida nas regiões de campos, como nos de Ponta Grossa e Guarapuava, esta determinou o aparecimento de uma estrutura de propriedade da terra bastante rígida e caracterizada por latifúndios. Ainda segundo Padis (1981), a relação trabalho-capital na atividade pecuária costuma ser bastante pequena, pouco contribuindo para a concentração populacional e povoamento.

As autoridades provinciais conhecedoras da situação decadente das estruturas sócio-econômicas da maioria das áreas do Paraná alimentaram a esperança de que a introdução de novos contingentes populacionais imigrados proporcionaria condições de mudança e progresso agrários para a Província.

Formavam-se colônias com distribuição de terras para a agricultura, no regime de pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia, visando o abastecimento das cidades. Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam

aqui desenvolver a mesma atividade que desenvolviam em seus países de origem, com as mesmas técnicas.

No entanto, um dos fatores limitantes para o desenvolvimento das colônias agrícolas, no período em questão, é o “isolamento geográfico”, pois os lugares onde habitavam pelo seu relevo dificultava a abertura de estradas, o acesso aos núcleos coloniais, o trabalho na agricultura e a saída desses colonos e de seus produtos para outros lugares.

Para o governo imperial e os monocultores, o imigrante europeu instalado em pequena propriedade deveria ser um agente modernizador da sociedade e da economia brasileira, dado que era detentor de novas experiências agrícolas e de criação, com técnicas artesanais novas, com outros hábitos de vida, enfim, era para aqueles que o esperavam aqui, sem dúvida, o agente transformador da sociedade brasileira em formação e, sobretudo, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado.

Por outro lado, como já mencionado acima, o imigrante também sonhava em se transformar em proprietário de um pequeno lote, mas ao ser transformado em proprietário este imigrante precisou desbravar essa terra e organizar a infra-estrutura necessária.

A colonização no Paraná destacou-se pela heterogeneidade quanto à composição étnica, pois povoaram este estado colonos italianos, alemães, poloneses, e vários outros em menor número, como ingleses, ucranianos, franceses, irlandeses e outros (DOMINGUES, 1986).

Economicamente, o pequeno imigrante proprietário teve grandes dificuldades até sua prosperidade, pois dependia de programas governamentais que utilizasse sua mão-de-obra enquanto não produzia alimentos de subsistência.

Quando colhida sua plantação, muitas vezes ocorria a perda do excedente da produção por não haver um mercado fixo consumidor e estradas para o escoamento. Mas, com a consolidação da imigração em torno da cidade de Curitiba, ocorre uma maior fluidez de alimentos fortalecendo as relações entre colônias e a capital paranaense, deixando o governo de mantê-las com subvenções.

Em meio às dificuldades, também se difundiu o ideal corporativo, onde muitas delas foram vencidas pelo trabalho comunitário, fazendo frente aos problemas de produção e de abastecimento com derrubadas das matas, aberturas de estradas, colheitas em comunidades e outras. Observa-se então, que, a partir de

1870 a pequena propriedade rural ganha impulso, pois o acesso para a capital paranaense se dá de forma mais rápida, proporcionando ao colono ir até a cidade e voltar no mesmo dia para sua colônia.

Assim, se percebe que o sucesso das pequenas propriedades dependia de uma infra-estrutura como estradas em ótimas condições de tráfego e um mercado consumidor que atendesse as expectativas das colônias.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ COMO GERAÇÃO DE RENDA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.**

Segundo dados do IPARDES no Brasil, as pequenas propriedades são geridas quase exclusivamente pela forma familiar.

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes, 81,63% se enquadraram na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Eles também respondem por 43% do Valor Bruto da Produção (VBP) do estado e, principalmente, abrigam 70% do pessoal ocupado. A análise foi divulgada pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006.

O Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos do Brasil e da região Sul, ambos com 84,4%.

Para a pesquisadora do IPARDES, Valéria Villa Verde, esse resultado para a região Oeste surpreende. “O Oeste do Paraná é identificado com culturas de commodities (soja e milho) que, sabidamente, direcionam para uma concentração fundiária. O crescimento da agricultura familiar nesta região deve-se à influência da integração entre avicultores e grandes abatedouros”, analisou Valéria.

Outro dado importante é revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), da edição mais recente que foi divulgada pelo IBGE em 2006. O qual demonstra que em 2006, o Paraná tinha 5,4 milhões de pessoas no mercado de trabalho, 20% delas estavam empregados na agropecuária. Entre 2002 e 2006, o cultivo de fumo e cana-de-açúcar, a extração de madeira e a criação de bovinos foram as atividades que tiveram maior crescimento no número de pessoas ocupadas. Por outro lado, a mecanização nas culturas de soja e milho diminui o número de empregos nessas lavouras.

O IPARDES apurou que a produção agrícola mantém-se como principal demandante de trabalho no Paraná, responsável por cerca de 65% do total das ocupações, com destaque para as lavouras temporárias. A produção animal contribui com cerca de 30% do total de ocupados, aí incluídos a criação de bovinos de corte e de leite, aves e suínos. A terceirização na agricultura e outras atividades, apresentam discreto crescimento na geração de postos de trabalho, e representam 5% do total de pessoas ocupadas na agropecuária.

A bovinocultura é a principal atividade econômica no mercado de trabalho da agropecuária paranaense emprega 25 de cada 100 assalariados no campo, ou mais de 190 mil pessoas em 2006. A criação de bovinos, o cultivo de fumo, cana-de-açúcar e a extração de madeira geraram cerca de 82 mil novas ocupações no período 2002 a 2006. O estudo mostra ainda que caiu discretamente o número pessoas ocupadas na agropecuária paranaense de 1,07 milhão em 2002 para 1,04 milhão em 2006, devido principalmente à redução da mão-de-obra empregada nas lavouras de soja e milho.

Segundo IPARDES, a agricultura familiar emprega 780 mil pessoas no Estado. A pesquisa também aponta que os empregos permanentes no campo superam o número de contratações temporárias. De 220 mil assalariados rurais, 120 mil têm vínculo empregatício permanente, ou seja, trabalham o ano todo, e não apenas durante a safra.

Para constatar a realidade local foi realizada uma pesquisa com filhos de pequenos proprietários rurais, cujos resultados obtidos seguem descritos na continuidade.

## **5 PESQUISA DE CAMPO**

A pesquisa foi realizada junto a alunos que são filhos de pequenos produtores rurais, cuja subsistência depende diretamente da agricultura.

Procurou-se com esta entrevista averiguar mais de perto o que pensam, bem como quais suas maiores dificuldades na atualidade.

Inicialmente foi questionado se eles e seus familiares sempre viveram no campo?    ( ) Sim                    ( ) Não

### **Gráfico 1 – Sempre viveram no campo?**

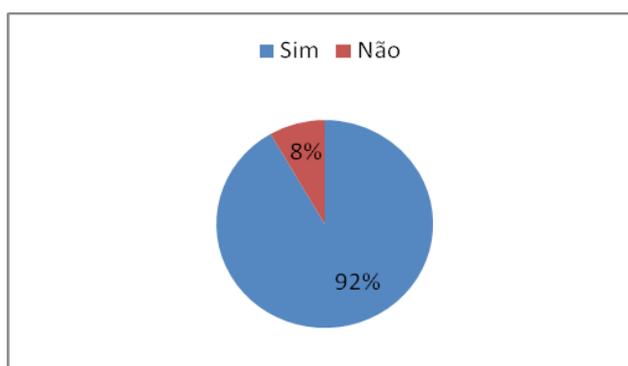


Como era de se esperar nesta questão fechou em 100%, ou seja, tais famílias sempre viveram no campo.

Na segunda questão, foi perguntado se com relação ao trabalho desenvolvido por eles se sempre foi voltado para atividades campesinas?

( ) Sim ( ) Não

**Gráfico 2 – Suas atividades sempre foram voltados para atividades campesinas.**



Pela representação gráfica, percebe-se que as respostas dadas houve um predomínio de atividades campesinas.

A terceira questão complementa a segunda, ou seja, foi questionadas quais as principais atividades desenvolvidas por você no campo como trabalhador rural? Nesta questão foi dada opção para que eles relatassem quais são as atividades por eles desenvolvidas, predominando:

- Madeira, servente de pedreiro e reflorestamento
- Reflorestamento e Lavoura
- Lavoura, madeira, ferroeste
- Reflorestamento, fazenda
- Madeira, reflorestamento
- Lavoura-arrendatário e reflorestamento
- Roçados de campo, reflorestamento
- Reflorestamento e lavoura
- Reflorestamento de pinus e eucalipto
- Reflorestamento, roça

- Reflorestamento e lavoura

Na quarta questão limitou-se em saber se eles possuem propriedade agrícola.

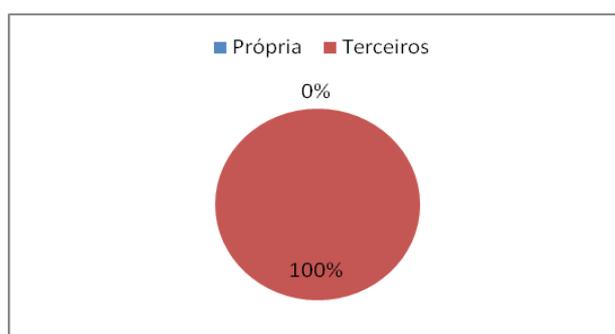
**Gráfico 3 possui propriedade agrícola?**



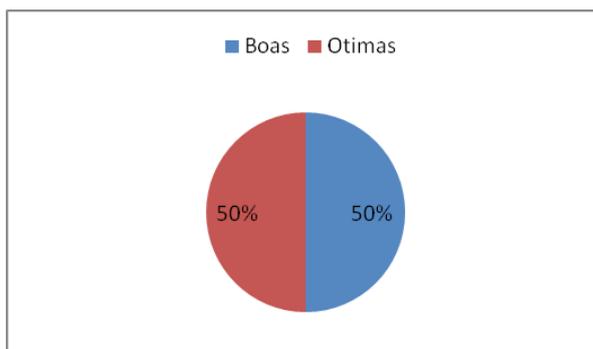
Tais respostas nos causaram surpresa, pois 100% dos entrevistados possuem propriedade agrícola.

A quinta questão vem de encontro com a anterior, pois foi indagado se eles trabalham em propriedade própria ou para terceiros?

Tais respostas causaram surpresa, pois muito embora eles tenham propriedade, exercem trabalho para terceiros, como demonstra o gráfico. Acredita-se que isto ocorra em virtude de tais famílias possuírem pequenas propriedades, cuja produção não dá uma renda que dê condição de sobreviverem bem, por isto a maior parte do tempo exercem trabalhos para terceiros, como corte de pinus, roçadas, dentre outros.



Na sexta questão foi perguntado como eles avaliam as principais mudanças ocorridas nos últimos anos no campo com relação a: Transportes, Segurança no trabalho, Alimentação e Remuneração? Para esta questão foram dadas as opções:  
( ) Boas    ( ) Ótimas



Na sétima e última questão procurou-se saber se a opinião deles o precisa ser melhorado para que o trabalhador rural tenha uma melhor qualidade de vida e permaneça no campo? Ocasão em que foi solicitado que relacionam-se o que achavam mais importante, e os resultados foram:

- Preço maior do milho e feijão vendidos
- Valor da produção melhor
- Renda na propriedade para manter a família
- Apoio do governo para o pequeno agricultor, mais renda
- Preço melhor dos produtos da lavoura
- Renda mensal para sustentar a família
- Melhor salário, preço melhor da produção
- Preço melhor do milho e feijão vendidos, maior renda
- Renda na venda do produto, lucro na roça
- Renda, dinheiro, preço do produto para manter a família.

## 6. CONCLUSÃO

Hoje, assim como num passado não muito distante, grande parte das terras cultivadas por pequenos proprietários rurais na região sul do Paraná eram destinadas para a agricultura de subsistência, minimizando significativamente a carestia de alimentos e, sobretudo, dinamizando a região que foi chamada durante longo período como de “passagem”, pois era caminho para os tropeiros.

Sabe-se que os imigrantes contribuíram muito para que nosso Estado se desenvolvesse, pois além de mão, estes trouxeram consigo técnicas.

Atualmente nossos pequenos agricultores, como deu para perceber por ocasião das entrevistas precisam recorrer a outros meios, como trabalharem para terceiros para obterem uma melhor renda, já que suas propriedades por serem pequenas, bem como porque os mesmos não possuem recursos para investirem, por isto não acabam obtendo uma renda essencial a sobrevivência.

## 7 REFERÊNCIAS

ABREU, Alcioly T. G. de **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: USP, 1980.

BARTHELMESS, A. **Ocupação e organização do Paraná Velho**. Boletim Geográfico. Curitiba, 0 AGB, (7): 1962.

BERNARDES, N. **Expansão do povoamento no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

DOMINGUES, A. A. G. Estrutura sócio-econômica e mobilidade geográfica na segunda metade do séc. XIX. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**. Porto, I Série, Vol. I., p. 113-177, 1986.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**.

IPARDES. **Agricultura familiar no Paraná** responde por 43% da produção e abriga 70% do pessoal ocupado. In: [www.ipardes.gov.br/modules/noticias/article](http://www.ipardes.gov.br/modules/noticias/article). Acessado em Agosto de 2011.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1982.

WACHOWICZ, R. C. **Tomás Coelho: uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

WESTPHALEN, C. M. e outros. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná.